



**PAUTA
PARA A 113ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 20 DE AGOSTO DE 2013**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 533, de 2013, de autoria do deputado Alcides Amazonas. Autoriza o Poder Executivo a alterar a denominação da "Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo" para "Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - Caio Prado Junior".

2 - Projeto de lei nº 534, de 2013, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Declara de utilidade pública a "Casa de Saúde Beneficente de Indiaporã", naquele Município.

3 - Projeto de lei nº 535, de 2013, de autoria do deputado Ed Thomas. Institui a legitimação da função "Articulador da Atenção Básica" no Quadro de Cargos e Salários da Secretaria de Estado da Saúde.

4 - Projeto de lei nº 536, de 2013, de autoria do deputado Alcides Amazonas. Autoriza o Poder Executivo a incluir o gás liquefeito de petróleo (glp) de uso doméstico na cesta básica paulista de forma a reduzir a carga tributária do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS para até 7% (sete por cento).

5 - Moção nº 60, de 2013, de autoria do deputado Itamar Borges. Apela para a Sra. Presidenta da República a fim de que determine ao Ministério da Educação a adoção de providências com relação ao artigo 488, inciso VII, do documento referência da "Conferência da Educação", de forma a evitar o congelamento do número de matrículas em educação especial ofertada por organizações

filantrópicas, comunitárias e confessionais parceiras do poder público, e sua consequente extinção.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 27, de 2013, de autoria do Tribunal de Justiça. Acrescenta o § 9º ao art. 1º da Lei Complementar nº 1.208, de 2013, que alterou a Organização e a Divisão Judiciárias do Estado.

2 - Projeto de lei nº 527, de 2013, de autoria do deputado Hélio Nishimoto. Institui o "Dia do Okinawa Carate Do".

3 - Projeto de lei nº 528, de 2013, de autoria do deputado Fernando Capez. Classifica como Estância Turística Religiosa o Município de Lorena.

4 - Projeto de lei nº 529, de 2013, de autoria do deputado Roberto Massafera. Inclui no Calendário Turístico do Estado o "Festival Delícias do Milho", no Distrito de Bueno de Andrada, em Araraquara.

5 - Projeto de lei nº 530, de 2013, de autoria do deputado Carlos Neder. Institui o "Dia do Procurador Legislativo".

6 - Projeto de lei nº 531, de 2013, de autoria do deputado Roberto Massafera. Inclui no Calendário Turístico do Estado o "Festival do Pastel & Caldo de Cana", no Distrito de Bueno de Andrada, em Araraquara.

7 - Projeto de lei nº 532, de 2013, de autoria do deputado Vitor Sapienza. Declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Icém- APAE", naquele Município.

8 - Moção nº 59, de 2013, de autoria do deputado Roberto Massafera. Apela para a Sra. Presidente da República a fim de que determine ao Ministério da Educação a elaboração de estudos e a adoção de providências, para que a proposta da Conferência Nacional de Educação - CONAE - 2014 - Eixo VII, número 488, item VII, não seja aprovada.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 524, de 2013, de autoria do deputado Cauê Macris. Dá a denominação de "Francisco Capodifoglio" à via de acesso que liga o bairro Paraíso ao km 201 da Rodovia Anhanguera - SP 330, em Santa Cruz da Conceição.

2 - Projeto de lei nº 525, de 2013, de autoria do deputado André Soares. Institui a "Semana Estadual Sem Glúten - Gluten-Free".

3 - Projeto de lei nº 526, de 2013, de autoria da Comissão de Assuntos Metropolitanos e Municipais. Dispõe sobre a oficialização da grafia do nome do Município de Mogi Mirim.

4ª Sessão

1 - Projeto de resolução nº 9, de 2013, de autoria dos deputados João Paulo Rillo e Carlos Giannazi. Altera a redação do artigo 280 do Regimento Interno.

2 - Projeto de lei nº 521, de 2013, de autoria da deputada Célia Leão. Dá a denominação de "Osmar Antonio Müller" ao complexo viário localizado do km 70 da Rodovia Engº Constâncio Cintra - SP 360, em Jundiaí.

3 - Projeto de lei nº 522, de 2013, de autoria da deputada Célia Leão. Confere ao Município de Monteiro Lobato o título de "Berço da Literatura Infantil" do Estado.

4 - Projeto de lei nº 523, de 2013, de autoria do deputado Rogério Nogueira. Declara de utilidade pública a "Associação Cultural, Esportiva Nipo-Brasileira de Indaiatuba", naquele Município.

5ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 517, de 2013, de autoria do deputado Rafael Silva. Obriga as concessionárias e permissionárias das rodovias paulistas a instalarem sistema permanente de vigilância videomonitorada em entradas e saídas de postos de combustível existentes nas estradas sob sua administração.

2 - Projeto de lei nº 518, de 2013, de autoria do deputado Edmir Chedid. Dá a denominação de "José Torso Primo" ao complexo viário de entroncamento do km 15,7 da Rodovia Romildo Prado - SP 063 com a Rodovia Engenheiro Constâncio Cintra - SP 360, em Itatiba.

3 - Projeto de lei nº 519, de 2013, de autoria do deputado Osvaldo Verginio. Dispõe sobre a proibição de realização de concursos públicos exclusivamente para formação de cadastro de reserva no Estado.

4 - Projeto de lei nº 520, de 2013, de autoria do deputado Welson Gasparini. Dá a denominação de "Silvio Nicola Chiaperini" ao dispositivo de acesso

localizado no km 300 + 400 metros da Rodovia Padre Donizetti - SP 332, em Santa Rosa de Viterbo.

Em pauta por 3 (três) sessões para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 253 do Regimento Interno (Reforma da Constituição).

1ª Sessão

Proposta de emenda nº 6, de 2013, à Constituição do Estado, de autoria do deputado Enio Tatto e outros. Altera os artigos 174 e 175, que dispõem sobre a lei orçamentária anual.

2ª Sessão

Proposta de emenda nº 5, de 2013, à Constituição do Estado, de autoria do deputado Pedro Tobias e outros. Altera os artigos 174 e 175 da Constituição do Estado de São Paulo e acrescenta os arts. 63 e 64 ao ADCT, tornando obrigatória a execução da programação orçamentária que especifica.

3ª Sessão

Proposta de emenda nº 4, de 2013, à Constituição do Estado, de autoria do deputado Marco Aurélio de Souza e outros. Acrescenta o § 4º ao artigo 239, visando promover a acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nos novos prédios das escolas públicas.

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 611, de 2012, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de "Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos Prof. José Libânio Filho" ao Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos de Presidente Prudente.

2 - Projeto de lei nº 186, de 2013, de autoria do deputado Jooji Hato. Institui o "Dia Estadual do Mahikari".

3 - Moção nº 33, de 2012, de autoria do deputado Rodrigo Moraes. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como

para os líderes partidários, a fim de que empreendam esforços para que a PEC-438 de 2011, que dispõe sobre a alteração do artigo 243, seja apreciada e aprovada com a máxima brevidade possível.

4 - Moção nº 82, de 2012, de autoria do deputado Gilson de Souza. Apela para a Sra. Presidente da República a fim de que determine aos órgãos competentes a elaboração de estudos e a adoção de providências com vistas à proteção dos consumidores de produtos de couro, mediante o cumprimento obrigatório das seguintes normas técnicas elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT): NBR 15105 e NBR 15106.

5 - Moção nº 21, de 2013, de autoria do deputado José Bittencourt. Apela para a Sra. Presidenta da República a fim de que determine ao Banco Central do Brasil (BACEN) a adoção das medidas cabíveis no sentido de que a fiscalização das instituições financeiras seja ainda mais aperfeiçoada, especificamente em decorrência da cobrança de tarifas indevidas referentes à prestação de serviços de cartão de crédito.